

Mudanças no padrão agrícola brasileiro: do modelo periférico ao modelo semiperiférico, um ensaio

Fabio Pádua dos Santos^()
Gustavo E. Namizaki^(*)
João Marcos de Souza^(**)*

RESUMO

Num contexto de grandes transformações na economia mundial, com o aumento dos fluxos de investimento estrangeiro direto, e de ilusões nacionais desenvolvimentistas no Brasil, o país sofreu diversas transformações políticas e sócio-econômicas desde a Segunda Guerra Mundial. A agricultura, que até 1930 fora o eixo da economia brasileira para os formuladores de políticas, perdeu sua posição de destaque cedendo lugar à dinâmica industrial. Assim, o setor de produtos primários assumiu novas funções. Este trabalho tem por objetivo verificar a mudança no padrão agrícola brasileiro a partir da segunda metade do século XX. Quanto ao método, a classificação centro-periferia tem origem na discussão teórica de Wallerstein (2000) quanto às cadeias mercantis. Para verificar as transformações recorreu-se à análise intertemporal de dados estatísticos e históricos. Os resultados obtidos somam uma seqüência de eventos decorrentes do desenvolvimento e intensificação do uso tecnológico no setor agrícola, como também, das políticas estatais de incentivo. Somadas estas constatações observou-se o salto do Brasil na estratificação mundial passando de um país periférico para uma posição semiperiférica. Tais transformações implicaram também num aumento gradativo das cadeias produtivas dos agronegócios e numa produção agrícola expressiva. Entretanto, observou-se que mesmo com a expansão do setor agrícola sua participação relativa no PIB brasileiro, ao longo das décadas, decresceu.

Palavras Chaves: Brasil, agricultura, padrão agrícola.

ABSTRACT

In a context of great transformations in the world-economy – with an increase of direct foreign investment flows – and development national illusions in Brazil, the country has faced diverse politic-socio-economical transformations since the Second World War. The agriculture, which was the axel for Brazilian policy makers until 1930, surrendered its position of prominence to the industrial dynamics. Thus, the sector of primary products attempted to new functions. The purpose of this paperwork is verifying the changes in the Brazilian agricultural standard during the second half of Twentieth Century. About the method, the classification center-periphery was originated in the theoretical debate of Wallerstein (2000) concepts about the commodity chains. Therefore, the changes were captured by intertemporal analysis of statistical and historical data. The results belong to a sequence of events that came from technology applied to the farming sector and state incentive policies. Added these statements, a jump of Brazil in the world-wide stratification passing from a peripheral country to a semiperipheral position was observed. Such transformations had also implied in a gradual increase of the productive chains of the agribusiness and in an expressive agricultural production. However, it is observed that, although the agricultural sector expanded during those decades, its share in the Brazilian GDP decreased.

Key words: Brazil, agriculture, agricultural standard.

1 INTRODUÇÃO

Com a Grande Depressão econômica, na década de 1930, e com o fim dos conflitos interestaduais, as duas Grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945), o sistema mundial sofreu profundas transformações. No plano político, evidenciou-se a ascensão dos Estados Unidos como

^(*) Mestrando em Economia (Universidade Estadual de Campinas) fpadua@gmail.com; Mestre em Economia (Universidade Federal de Santa Catarina) gustavonamizaki@gmail.com

^(**) Professor do Departamento de Economia da UNESC joaomarcos@unesb.net

potência hegemônica substituindo a Inglaterra como líder no processo de acumulação. No plano econômico, percebeu-se o surgimento de um novo tipo de empresa capitalista, muito mais organizada e capaz de coordenar processos produtivos em escala global, era a empresa capitalista verticalmente integrada. Como resultado da combinação da estratégia de governança global dos Estados Unidos e das estratégias das empresas capitalistas norte-americanas, a economia mundial entrou em um novo ciclo de desenvolvimento. A primeira fase deste ciclo constituiu-se num período de expansão econômica que durou de 1945 até 1967-73. A partir de então o ciclo apresentou características de contração econômica e financeirização.¹ Durante a primeira fase, os objetivos da hegemonia norte-americana constituíram-se em organizar o sistema político mundial e restabelecer a demanda efetiva mundial. Por força dessas transformações, os impactos sobre a economia brasileira foram estruturais.

No Brasil observou-se que a partir de 1930, o café deixou de ser a principal atividade dinâmica da economia brasileira. Os frutos colhidos do auge do ciclo cafeeiro bem com os elementos sistêmicos (fase de expansão financeira inglesa e a disputa interestatal) possibilitaram a intensificação do processo de industrialização que já vinha ocorrendo lentamente desde 1889. A partir de 1950 esse processo foi acelerado devido à economia política do investimento estrangeiro direto dos Estados Unidos e à postura do governo brasileiro frente ao novo cenário. Como decorrência, a agricultura brasileira também sofreu transformações profundas em menos de um século. Saiu de um padrão agrícola artesanal, sofrendo transformações na base técnica da produção, até chegar ao estágio atual de desenvolvimento onde a indústria e a agricultura se confundem.

O presente ensaio procura ver como as transformações mundiais afetaram a agricultura brasileira durante o pós-guerra. Portanto, a preocupação central consiste em verificar as mudanças no padrão agrícola brasileiro na segunda metade do século XX. Para isso, será observado o deslocamento do Brasil na divisão mundial do trabalho referente às cadeias mercantis do setor

¹ Para mais detalhes ver Wallerstein, I. *Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo*. In: CHESNAIS, François... [et al.] *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. pp. 71-92.

agrícola, como também, identificar as novas funções assumidas pelos elos mercantis agrícolas brasileiros na economia mundial.

Este artigo está organizado da seguinte forma: a próxima seção tratará da metodologia e do marco-teórico empregado à análise; a seção 3 apresenta as alterações do padrão agrícola brasileiro; e, por fim, na seção 4 apontam-se algumas questões suscitadas pela pesquisa.

2 METODOLOGIA E MARCO-TEÓRICO

Metodologia

Pela natureza do artigo, dividiu-se a pesquisa nas seguintes etapas: realizou-se uma revisão bibliográfica no que se refere à economia agrícola brasileira, sobretudo no que tange às mudanças do padrão agrícola brasileiro; procurou-se comparar as pautas de exportação do Brasil em diferentes períodos para verificar se dentro da estrutura mundial o Brasil migrou de uma área para outra; e, por fim, analisou-se a relação agricultura-PIB e a sua contribuição à produção nacional.

Marco-teórico

As concepções que constituem o arcabouço teórico desta discussão não se restringem a uma única concepção teórica. Ao contrário, diferentes sistemas conceituais foram utilizados para entender as transformações agrícolas no Brasil a partir de meados do século XX.

A existência de estruturas mundiais tanto políticas quanto econômicas e sociais, permite supor que as mudanças no padrão agrícola brasileiro, ocorridas ao longo do século XX, estiveram correlacionadas às mudanças nas estruturas de produção mundial. Para perceber essa influência, firmou-se este estudo na teoria dos sistemas mundiais de Immanuel Wallerstein (1999, 2000, 2001) bem como nos trabalhos adicionais de Giovanni Arrighi (1996, 1997). Em síntese, os conceitos de economia-mundo, cadeias mercantis e hierarquia mundial, permitem visualizar a dinâmica mundial².

² Vale destacar que a análise dos sistemas mundiais é muito mais complexa e envolvem uma série de outros conceitos que aqui não serão mencionados, uma vez que os conceitos de economia-mundo, cadeias mercantis e hierarquia mundial são suficientes à nossa hipótese.

A *economia-mundo* se apresenta sobre um vasto território, constituídas por múltiplas unidades políticas (os Estados). É constituída por um conjunto finito de cadeias mercantis que, ao se sobrepor, garantem a reprodução social do sistema e determinam a extensão da própria economia-mundo, tendo por lógica a distribuição desigual do excedente.³ As *cadeias mercantis* são constituídas por diferentes elos ou nódulos que se referem a uma rede de diferentes trabalhos, etapas produtivas e processos comerciais. Estão distribuídas no espaço de forma assimétrica rompendo as fronteiras dos estados nacionais. Sugerem, com isso, a existência de áreas especializadas em fornecer diferentes insumos (matéria-prima, mão-de-obra e capital). Portanto, pressupõe uma divisão internacional do trabalho técnica ou social.⁴ Como decorrência da existência dos vários elos e que cada um apresenta funções específicas, no tempo e no espaço, as diferentes formas de agregação e apropriação do valor conduzem a uma polarização do excedente gerado ao longo das cadeias mercantis. Deste modo, a transferência desigual do excedente dá origem à hierarquia mundial.

Sob o critério de que uma área possui posição relativa à divisão mundial do trabalho, verificam-se três áreas: um centro, uma periferia e uma semiperiferia. Uma área da economia-mundo se alça à categoria de *centro* por sua capacidade de apropriar parte relevante do excedente que é gerado ao longo das cadeias mercantis mundiais. Segundo Arrighi (1997, p. 146), “as recompensas agregadas em atividades típicas do núcleo orgânico tenderão a incorporar a maioria, se não todos, os benefícios globais da divisão mundial de trabalho”. Portanto, a capacidade do centro em se apropriar do valor gerado ao longo de toda a divisão do trabalho, decorre da capacidade de controlar as atividades estratégicas como, por exemplo, no nível das empresas, o estabelecimento de uma nova função de produção. Já a *área periférica*, possui um comportamento quase que oposto ao do centro. Controla pouco do excedente gerado em seus domínios e praticamente nada do excedente gerado nos nódulos localizados fora de seus domínios. Por esta razão, na periferia o nível de recompensa – salário, remuneração e lucro – é geralmente baixo. A *área semiperiférica* se

³ (Wallerstein, 1999).

⁴ (Wallerstein, 2000, 2001).

caracteriza por ser um espaço que engloba, numa combinação mais ou menos igual, atividades tanto do centro quanto da periferia. É uma área cinzenta que exerce “o poder de evitar o rebaixamento de sua combinação, mas têm pouco poder para promover sua melhoria” (Arrighi, 1997, p. 160). Sua funcionalidade é destacada por Wallerstein (1990, p. 339): “a semiperiferia é um elemento estrutural necessário na economia-mundo. De modo sucinto, as áreas semiperiféricas funcionam como linhas de transmissão no processo de transferências dos excedentes gerados nos nódulos das regiões periféricas para as áreas de centro”.

A literatura que versa sobre a economia agrícola brasileira trabalha pouco a influência do contexto mundial nas transformações na agricultura brasileira. Entretanto, a de se louvar o trabalho desses autores, pois garantem um suporte histórico das transformações agrícolas brasileiras nesse período. Logo, propõe-se uma apreciação que combine essas duas interpretações de forma garantir uma análise que contribua para uma melhor compreensão da realidade agrícola brasileira. Dentre os autores brasileiros usados nesta pesquisa destacam-se os trabalhos de Ângela Kageyama (1996), Walter Belik e Luiz Fernando Paulillo (2001) e José Graziano da Silva (1996).

3 A MUDANÇA NO PADRÃO AGRÍCOLA BRASILEIRO A PARTIR DE 1950

3.1 Reflexos das transformações da produção mundial na economia brasileira

O acirramento da competição intercapitalista e o esgotamento das políticas de bem-estar social nos países do centro, em 1967-73, levaram os Estados mais industrializados a buscarem alternativas para aliviar as pressões competitivas através de mudanças na divisão mundial do trabalho. Houve então um processo de industrialização no Brasil e em outros países periféricos que serviu para transferir essas pressões através da transferência de elos mercantis que anteriormente constituíam atividades típicas das áreas centrais. O Brasil, que possuía custos de mão-de-obra e matérias-primas mais baixos, pôde internalizar elos industriais mais desenvolvidos das cadeias mercantis mundiais. Como consequência observou-se o aumento da participação dos bens industrializados (semi-manufaturados e manufaturados) em detrimento dos bens básicos nas

exportações brasileiras.⁵ Assim sendo, a agricultura brasileira foi periodizada em etapas segundo os reflexos das transformações mundiais.

Segundo Kageyama (1996), a agricultura brasileira é dividida em três períodos: Crise do complexo Rural (1850-1945); modernização da agricultura⁶ (1945-1965); e a industrialização da agricultura⁷ (pós-1965). Na fase de modernização da agricultura, houve mudança nas relações de trabalho, mecanização da produção e internalização de bens de capital (produção no território brasileiro de insumos, máquinas e equipamentos). No início, a modernização da agricultura brasileira se viabilizava por meio de importações, de forma que a capacidade de modernização estava limitada pela capacidade de exportar ou de contrair dívida externa.

Dada as transferências das atividades industriais menos rentáveis para as áreas periféricas, a agricultura local que antes transferia seus produtos para os elos mercantis centrais, passou a fornecer mais que satisfatoriamente insumos para as indústrias locais no pós-1965. Isto pode ser constatado na Tabela 1 que mostra o crescimento do consumo intermediário no valor bruto da produção nacional.

Conforme a Gráfico 1, percebe-se também claramente que a participação relativa dos produtos básicos nas exportações brasileiras entre 1974 até 2004 foram decrescentes, caindo de 60% para 30%. Em contra partida, os produtos manufaturados apresentaram crescimento na participação relativa das exportações, subindo de 28,5% para 55% no período.

⁵ Essa hipótese esta sustentada pelas afirmações de Arrighi (1997, p. 184-187) que “o corolário é que as atividades industriais estavam sendo periféricas – isto é, estavam perdendo seu status de núcleo orgânico anterior. (...) A importância dessa sugestão é sublinhada pelas tendências em 1980-83, quando a semiperiferia aumenta ainda mais sua vantagem industrial perante o núcleo orgânico e simultaneamente experimentou uma queda pronunciada em seu comando econômico em relação tanto ao núcleo orgânico quanto à periferia”.

⁶ Modernização da agricultura se entende por transformação da base técnica da produção. Em outras palavras, significa transformar de uma agricultura artesanal e rudimentar para uma agricultura intensiva e mecanizada. (Kageyama, 1996, p. 113).

⁷ Industrialização da agricultura se entende por transformar a agricultura numa extensão da produção industrial. A agricultura deixa de produzir bens de consumo final para transforma-se em bens intermediários ou matéria-prima para a indústria. (Kageyama, 1996, p. 114)

Tabela 1 - Evolução do Consumo Intermediário na Agricultura. Brasil, 1939/80

Ano	Consumo Interno/Valor Bruto da Produção (em %)
1939	10
1949	11,1
1954	13,2
1959	14,3
1965	21,5
1968	25,1
1970	27,6
1975	34,4
1980	38,7

Tabela 1. Fonte: Kageyama, 1996, p. 121.

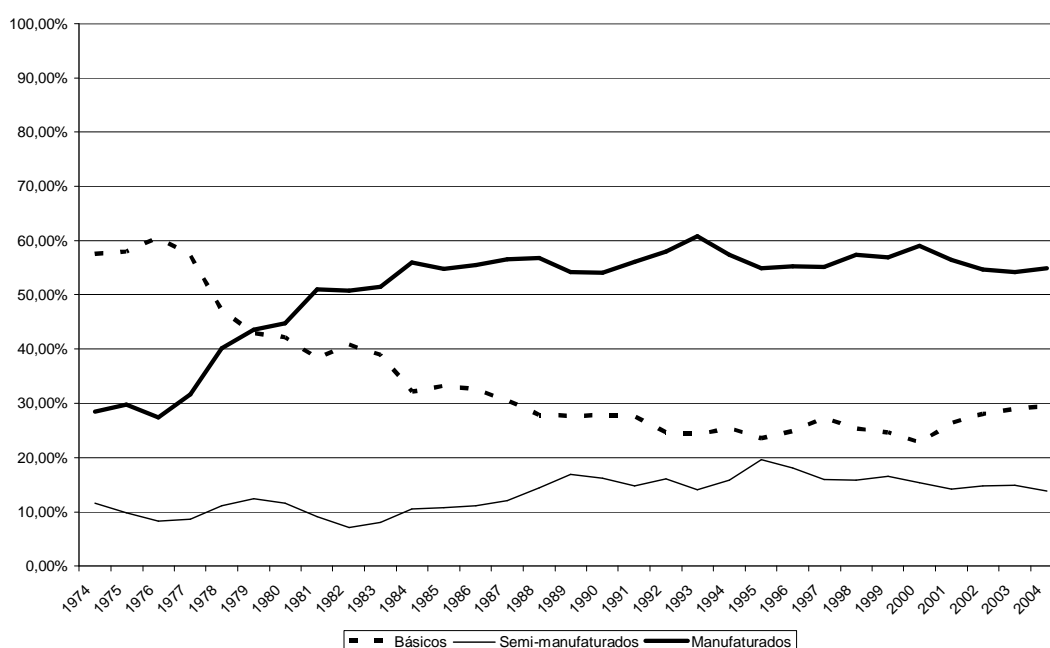


Gráfico 1 - Participação Relativa por classe de produto no total das exportações
Fonte: IPEADATA.

No período 1956-61, intitulado Plano de Metas⁸, do governo Juscelino Kubitschek, a economia brasileira passou por uma fase de adequação ao regime de acumulação mundial, que sob a hegemonia do Estado e das Empresas norte-americanas privilegiava o investimento externo direto (IED). É neste contexto que ocorre a instalação da indústria automobilística no Brasil, como também a indústria de bens de capital. Os ganhos produtivos com um mercado aberto e em

⁸ O Plano de Metas (1956-1960) constituiu um conjunto de 31 medidas que tinham por objetivo superar problemas estruturais que estavam retardando o processo de industrialização do Brasil. Dentre as metas do plano pode-se destacar as seguintes: energia elétrica, carvão, petróleo (produção e refino), ferrovias, rodovias (construção e pavimentação), aço, cimento e nacionalização (carros e caminhos). (MARQUES; REGO, 2004, p. 96-98).

expansão deram vazão a volumes crescentes de transferências líquidas de capital, da periferia para o centro do sistema, confirmando que embora localizados no território brasileiro, o comando das atividades industriais localizava-se no Centro (Gráfico 2). Logo, continuou-se privilegiando o centro do sistema em detrimento da pouca alocação dos excedentes das multinacionais na economia brasileira. Assim, mesmo com a internalização de novos elos das cadeias mercantis, que outrora eram localizadas no centro, os IEDs do Plano de Metas não aproximaram o Brasil ao perímetro do centro do sistema.

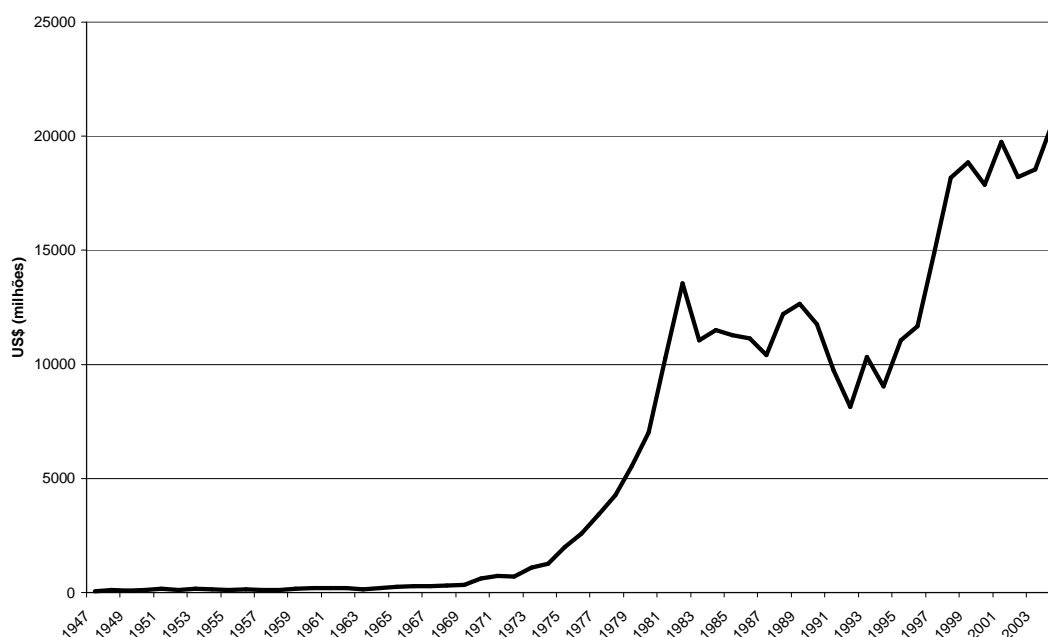


Gráfico 2 - Renda Líquida Enviada ao Exterior
Fonte: BACEN.

Especificamente no caso da agricultura, os IEDs realizados a partir da década de 1960 obedeceram a mesma lógica sistêmica de transformar os processos mercantis em processos industriais. Ocorreu a difusão, de modo parcial, de um modelo tecnológico (Revolução Verde⁹) orientado pelo centro. Portanto, no Brasil os IEDs tiveram como função a internalização de atividades que reproduziram o modelo, cuja a origem e propriedade são centrais. Tal análise vai ao encontro da exposição de Arrighi (1997, p. 144) quando menciona que “a distinção relevante se dá entre atividades [centrais e periféricas] que envolvem tomadas de decisões estratégicas, controle e

⁹ Conjunto de tecnologias desenvolvidas para vários segmentos da agricultura que incrementaram os ganhos de produtividade, rompendo o modelo tradicional de produção.

administração, pesquisa e desenvolvimento, por um lado, e atividades de pura execução por outro”. Portanto, a apropriação do excedente ocorre tanto na produção, onde existem ganhos de escala pela baixa remuneração dos fatores (matéria-prima e mão-de-obra), quanto na comercialização, onde os ativos intangíveis estabelecem um diferencial de agregação de valor e o poder mercado.

Depois de mostrar que as atividades industriais nacionais mudaram como parte das mudanças na Divisão Internacional do Trabalho, vamos ver como estas mudanças afetaram a agricultura brasileira.

3.2 Transformações da agricultura brasileira

Em consonância com as transformações da economia mundial a agricultura brasileira vivenciou três momentos distintos até atingir o nível agroindustrial atual: uma fase de modernização; outra de consolidação dos grupos econômicos e verticalização das atividades; e, mais recentemente, um período de expansão financeira dos grupos econômicos no campo. O momento atual corresponde à aceleração da apropriação dos excedentes pelas empresas multinacionais gerados em todas as etapas do processo produtivo agrícola.

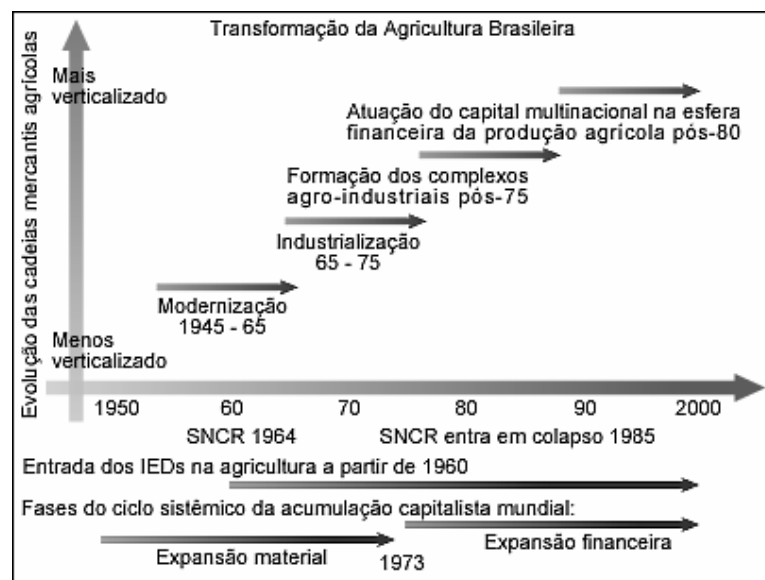


Figura 1 – Transformação da Agricultura Brasileira
Fonte: Elaboração dos autores, segundo adaptações de Kageyama (1996) e Arrighi (1996).

O período compreendido como modernização em Kageyama (1996, p. 120) corresponde ao momento em que se transforma a base técnica da agricultura brasileira, incorporando nova divisão

do trabalho nas propriedades por meio de novas técnicas de produção e utilização, ainda que de modo moderado, de insumos industriais intermediários. Não obstante ao início da utilização dos insumos industriais na agricultura, a fase de industrialização caracterizou-se por mudanças na dispersão geográfica das atividades produtivas voltadas à agricultura. Com a indústria pesada consolidada e a inserção de uma cultura de modernização agrícola, foram criadas as condições para a atração dos capitais multinacionais na indústria de insumos agrícolas no Brasil. Se, no plano local foram criadas as condições de atração, no plano mundial a queda na taxa de lucro acirrou a competição intercapitalista. Logo o capital multinacional veio expandir seus domínios sobre as áreas periféricas mais atrativas com intuito de criar novas situações de monopólio. Nesse sentido, a partir dos IEDs, o capital multinacional passou a controlar as atividades fundamentais à produção agrícola em escala. Em outras palavras, as empresas multinacionais continuaram a deter os elos mercantis de maior valor agregado no setor agrícola, controlando suas atividades a nível local – o que antes eram atividades típicas das áreas centrais. Assim, iniciou-se um processo de verticalização da produção nos chamados “complexos agro-industriais” com efetiva e determinante participação de capitais estrangeiros.

A partir da nova configuração geográfica das atividades agroindustriais, outros elementos que constituem as cadeias mercantis agrícolas se transformaram nos elos mercantis situados no Brasil. Quanto às formas de trabalho, duas características podem ser apontadas. A primeira trata dos efeitos da modernização agrícola que cria um sistema de repulsão do trabalhador do campo, excluindo esse de suas atividades na terra e forçando-o ao êxodo rural. Conforme a Tabela 2 abaixo, pode-se perceber que, a partir da década de 1970, o Brasil deixou de ser um país rural para se tornar num país urbano.

A segunda consequência se refere à proletarianização da força de trabalho. Como concordam Graziano (1996) e Kageyama (1996), a formação de trabalhadores rurais assalariados, em 1965, “(...) determinou a passagem da subordinação indireta para subordinação direta do trabalho ao capital” (KAGEYAMA, 1996, p. 126).

Tabela 2 – População Residente no Brasil - 1940-2000

Período	Urbana	%	Rural	%
1º.09.1940	12 880 182	31%	28 356 133	69%
1º.07.1950	18 782 891	36%	33 161 506	64%
1º.09.1960	31 303 034	45%	38 767 423	55%
1º.09.1970	52 084 984	56%	41 054 053	44%
1º.09.1980	80 436 409	68%	38 566 297	32%
1º.09.1991	110 990 990	76%	35 834 485	24%
1º.08.1996	123 076 831	78%	33 993 332	22%
1º.08.2000	137 775 550	81%	31 835 143	19%

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX, 2003.

Na economia-mundo capitalista, a partir da década de 1970, o regime de acumulação norte-americano entrou em fase de expansão financeira, ou seja, as maiores rentabilidades do capital passaram a se dar nas altas finanças. Este fenômeno pode ser observado também na agricultura brasileira, onde o capital multinacional ultrapassou os elos produtivos, passando, em meados da década de 1980, a atuar também na esfera financeira. Inicialmente, isto ocorreu com a criação de grandes bancos de crédito pelas próprias empresas setoriais de insumos agrícolas [Massey-ferguson (AGCO), John Deere, New Holland], que estrategicamente financiavam a aquisição dos insumos por elas produzidos no Brasil. Posteriormente, desenvolveram-se novos mecanismos de crédito e financiamento agrícola, por meio da oferta de linhas de crédito específicas para a agricultura de instituições privadas e negociações em bolsas de mercadorias, atraindo investimentos das grandes empresas na comercialização dos produtos agrícolas nos mercados futuros. Esses mecanismos vieram substituir gradativamente a presença dos organismos tradicionais de crédito, ora proporcionados pelo Estado através do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1964, que fomentava a aquisição de insumos intermediários para a agricultura.

A fase atual das transformações no padrão agrícola é caracterizada pelo aceleração e sofisticação da atuação dos grupos multinacionais nos nódulos mercantis que se referem à produção agrícola no Brasil. No caso do café solúvel, fica clara a forte atuação do capital multinacional. Segundo Ribeiro (2005), o mercado de café solúvel apresenta sua estrutura de produção fortemente

concentrada no Brasil¹⁰. A empresa Nestlé, nesse mercado, é detentora de 80% do mercado local, com perspectiva de expansão para o mercado global a partir da plataforma produtiva brasileira. O capital multinacional sofisticou a sua atuação ao incorporar as atividades de financiamento. Isso pode ser percebido através de um Informe Setorial do BNDES¹¹ que apontou o surgimento entre 1994 a 2001 de bancos privados com origem em empresas multinacionais do setor agrícola. Tradicionalmente, o Banco do Brasil vem financiando a agricultura brasileira, mas sua participação caiu pela metade (de 53,3% a 25,8%) entre 1994 a 2001. Isso ocorreu devido à ascensão do capital multinacional privado representado por bancos do tipo CNH Capital – uma holding composta pelas empresas New Holland e Case do setor de implementos agrícolas¹², o Rabobank – de capital holandês – e o banco John Deere, que somados representaram 33,4% do financiamento agrícola em 2001. Tais bancos não operavam em 1994 no Brasil. A partir dos dados, pode-se verificar o avanço das empresas multinacionais nos elos mercantis que se referem ao financiamento da atividade agrícola como um todo a partir da década de 1990.

Nesta breve descrição, a expansão das empresas multinacionais nos diferentes elos sugere que estas estão se encarregando das atividades mais lucrativas até chegar às atividades financeiras, que se tornaram uma fonte privilegiada de lucros nas duas últimas décadas. Assim fazendo, a presença destas empresas, no setor agrícola atingiu quase todos os elos das cadeias mercantis, desde o fornecimento de insumos até o financiamento da produção. Os movimentos da agricultura no Brasil seguem, portanto, uma lógica não ambígua fundada no capitalismo histórico¹³. Mais do que isso, à luz do sistema-mundo, os processos de transformação da agricultura brasileira seguiram a lógica do moderno sistema mundial¹⁴ (economia-mundo capitalista), não apenas ao que se refere à

¹⁰ RIBEIRO, A. R. *Panorama Setorial: o complexo agroindustrial cafeeiro no Brasil*. In: Análise, Ano VI, Nº 11, 2005. p. 23-34.

¹¹ BNDES, *Agentes financeiros e financiamento à agropecuária*. Informativo Setorial, Agroindústria, janeiro de 2002.

¹² Disponível em <http://www.estadao.com.br/agestado/economia/2000/mai/01/49.htm>, acessado em 01 de maio de 2005.

¹³ Como Wallerstein (2001, p. 18) afirma, “o capitalismo histórico é o *locus* concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante do capital; esta acumulação é a ‘lei’ que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela”.

¹⁴ A lógica da acumulação incessante do capital pode ser percebida pelo impulso mercantilizador do capitalismo histórico. Segundo Wallerstein, “no anseio de acumular cada vez mais capital, os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais [troca, produção e investimento] em todas as esferas da vida econômica. Como o capitalismo é centrado em si mesmo, nenhum relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível

acumulação incessante do capital como também, às fases de expansão material e expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação¹⁵. Dessa forma a seqüência observada das transformações na agricultura brasileira teve como princípio a maior concentração do capital multinacional controlando os nós das cadeias mercantis mundiais que foram se localizando no Brasil. A apropriação do excedente gerado ao longo de todas as etapas da produção agrícola sofisticou-se chegando ao estágio atual, o financeiro. Portanto, a agricultura tende a se condicionar aos ciclos de acumulação mundial de capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observou, as transformações na economia agrícola brasileira estiveram e estão ligadas às transformações no sistema produtivo mundial. As transferências de atividades típicas das áreas centrais para as zonas semiperiféricas exigiram uma série de mudanças nos processos produtivos locais que permitiram a incorporação de elos mais intensivos em tecnologia no Brasil. Ocorreu primeiramente a modernização, ou seja, a transformação na base técnica, seguido da verticalização, que significou o controle de quase todos os elos das cadeias mercantis agrícolas por parte das multinacionais, e, por fim, a extensão dos capitais multinacionais de empresas originalmente agrícolas na esfera financeira.

Percebeu-se que as transformações na economia mundial apresentaram reflexos descompassados na agricultura brasileira. A modernização da agricultura brasileira ocorreu concomitantemente à expansão material do centro da economia mundial. No entanto, a verticalização só foi intensificada na agricultura por volta de 1975, após vinte e cinco anos da verticalização em outros setores da economia no Brasil. A atuação dos grupos multinacionais na agricultura brasileira passa a ser percebida também nas atividades financeiras, praticamente com

inclusão. *O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo*” (WALLERESTEIN, 2001, p. 15 grifos nosso).

¹⁵ A idéia de que a economia mundial se desenvolve em ciclos esta sustentada pela teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Giovanni Arrighi (1996). “Nas fases de expansão material, o capital monetário ‘coloca em movimento’ uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prosseguem através de acordos financeiros...” (ARRIGHI, 1996, p. 6).

dez anos de atraso em relação à passagem da expansão material para a financeira da economia mundial, que ocorreu em 1973.

As atividades industriais anteriormente localizadas nas áreas centrais passaram a ser incorporadas nas áreas mais periféricas. No caso brasileiro, tais incorporações levaram a uma maior capacidade de gerar valor agregado nos elos mercantis localizados no Brasil. Isso propiciou a promoção do Brasil na hierarquia mundial, passando de uma economia periférica para uma semiperiférica.



Gráfico 3 – Participação Relativa do PIB Agropecuário na Economia Brasileira (1947-2004).
Fonte: IPEADATA.

Por fim, o reflexo das transformações mundiais na economia brasileira, bem como da participação agrícola nesta, podem ser observadas no Gráfico 3. É visível o crescimento do PIB brasileiro a partir da transferência de elos industriais centrais para o Brasil após 1967-73. O mesmo se observa na agricultura, porém de forma menos expressiva, pois as atividades industriais incorporadas passaram a gerar maior valor agregado. Em decorrência disso, observa-se que a participação do PIB agrícola no produto brasileiro vem decrescendo a partir da fase de modernização agrícola. Assim, conclui-se que as transformações na agricultura brasileira fazem parte de um conjunto de fatores que estão além da fronteira nacional. Em outras palavras, trata-se

de um sistema mundial complexo em que diferentes áreas exercem funções distintas no tempo e no espaço. Nessa concepção o Brasil é apenas uma parte no todo, cujos movimentos vão definindo a forma de participação do território brasileiro no processo de acumulação mundial.

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. *Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira*. In: LEITE, S. (org.) *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Editora da UFRGS pp. 95-120, 2001 (Versão atualizada).

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*, 2003.

IPEADATA, Instituto de pesquisa econômica aplicada. *Séries Históricas*. Disponíveis em www.ipeadata.gov.br, 2005.

KAGEYAMA, Ângela. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (orgs). *Agricultura e Políticas Públicas*. 2ª. Ed. IPEA, 1996. pp. 113-221.

MEDINA, Rui. *Desnacionalização: crime contra o Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Saga, 1970.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (orgs). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análise dos Sistemas Mundiais*. In: GIDDENS, A.; TUNNER, X. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo*. In: CHESNAIS, François... [et al.] *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. pp. 71-92.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Vol. 1. Portugal: Edições Afrontamento, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Essential Wallerstein*. New York: The New York Press, 2000.